

# O DESAFIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Vani Moreira Kenski<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste artigo é apresentado um breve histórico das experiências em EaD no Brasil, desde os cursos por correspondência até o ensino por redes eletrônicas.

São citados as legislações e projetos governamentais e apontados os desafios atuais em relação a EaD no Brasil.

Palavras-chave: EaD, legislação brasileira, projetos governamentais, desafios.

## ABSTRACT

This paper focuses a brief history of the distance learning experiences in Brazil, from the correspondence courses to the electronic nets teaching.

The legislation and government projects are mentioned and the current challenges in relation to EaD in Brazil are indicated.

Key word: distance learning, brazilian legislation, government projects, challenges.

---

<sup>1</sup> Professora-Doutora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP e da UMESP.

## O DESAFIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Vani Moreira Kenski<sup>2</sup>

Quando se fala em experiências em EAD no Brasil, pensa-se no pioneirismo dos cursos criados pelo Instituto Universal Brasileiro (1941), empresa particular que oferecia ensino a distância de caráter supletivo, além de cursos profissionalizantes, através de correspondências. Esta forma impressa de ensino a distância foi também utilizada em pelo menos um projeto governamental, o projeto LOGOS, orientado para a formação de professores leigos (1973). Na atualidade, utiliza-se o meio impresso, como forma complementar de ação, no desenvolvimento de atividades de educação a distância.

A primeira experiência de EAD no Brasil, no entanto, não foi realizada pela via impressa, mas pelas ondas do rádio. Já em 1923, a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro transmitia programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas e outros. Desde então, entre os suportes mediáticos de comunicação, o rádio tem sido o veículo com maior tempo de uso para iniciativas em EAD no Brasil. Em 1939 criou-se o Instituto Rádio Monitor, preocupado em utilizar o rádio para ensinar. Em todas as últimas décadas muitas ações de ensino a distância utilizaram-se do rádio em diferenciados tipos de projetos, quase sempre governamentais. Destacam-se, entre eles, as escolas radiofônicas ou as tele-aulas dramatizadas do Movimento de Educação de Base – MEB (1956) e o Projeto Minerva, que transmitia cursos em cadeia nacional por emissoras de rádio (1970).

Na atualidade, o Fundo de Fortalecimento da Escola, (Fundescola), programa do Ministério da Educação desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil, apresenta (desde 1997) de segunda a sexta-feira pela Rádio Nacional (AM) e pela Rádio Nacional Amazônia (OC), o programa Escola Brasil, levando informações via rádio a diretores, pais, professores e alunos sobre o dia-a-dia das escolas. “Outras emissoras de rádio e serviços de alto-falantes dessas regiões também atuam em parceria,

---

<sup>2</sup> Professora-Doutora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP e da UMESP.

retransmitindo o programa, assim como a rádio-novela “A Caminho da Escola”, que contém recomendações para melhorar a qualidade do ensino nas escolas e informar à população sobre os assuntos de educação, mobilizando pais e as comunidades locais a participarem da vida escolar” (<http://www.fundescola.org.br>).

O suporte televisivo começou a ser utilizado para educação a distância no início da década de 70 quando surgiu o Projeto Saci – Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares – cujo objetivo era o de estabelecer um sistema nacional de tele-educação, via satélite (1973). Esta iniciativa foi seguida por outro projeto de alcance nacional, o Telecurso de 1º e 2º graus (1978) que depois passou a chamar-se Telecurso 2000 (1995), orientado para a melhoria do ensino na Educação Básica e nos Cursos Profissionalizantes. Nos anos 70 inúmeras iniciativas de “tvs educativas” foram realizadas em território nacional, com programação cultural variada, incluindo projetos ensino a distância com múltiplos objetivos. Em 1996 surgiu um novo projeto nacional, o TV Escola, orientado principalmente para a formação de professores e o apoio ao trabalho docente por meio de vídeos educativos e programas televisivos.

Às iniciativas e projetos em EAD utilizando-se dos recursos radiofônicos, televisivos e impressos, somam-se os projetos realizados desde a metade dos anos 80 orientados para a utilização dos recursos da informática para a formação e capacitação de professores não apenas pela criação de grupos de técnicos para o desenvolvimento de cursos presenciais mas, também, a distância.

Esta é uma das iniciativas desencadeadas após a criação em 1995 no Ministério da Educação da Secretaria de Educação à Distância (SEED) que vem se adiantar ao artigo 80 da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, que pela primeira vez legisla sobre as iniciativas em EAD no país, dizendo :

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada.

§ 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Apenas em fevereiro de 1998 as iniciativas de Educação a distância são normatizadas pelo artigo 2º. do Decreto 2494/98 que diz:

"os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...)"

Por este decreto, as propostas de cursos em EAD nestes níveis de ensino deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

No caso de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC, solicitando, para isto, a autorização para cada curso que pretenda oferecer (<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>).

Os programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância, no Brasil, ainda são objeto de regulamentação específica. Os cursos de pós-graduação lato sensu, chamados de "especialização", até recentemente eram considerados livres, ou seja, independentes de autorização para funcionamento por parte do MEC. Porém, com o Parecer n.º 908/98 (aprovado em 02/12/98) e a Resolução n.º 3 (de 05/10/99) da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que fixam condições de

validade dos certificados de cursos presenciais de especialização, tornou-se necessária a regulamentação de tais cursos na modalidade a distância (<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>).

Mais recentemente, vários projetos em educação a distância foram criados pelo governo e instituições e empresas privadas com a utilização de vídeos (distribuídos em cartuchos ou transmitidos via sinal aberto ou fechado de TV) e de softwares (distribuído via disquetes).

Com a ampliação das possibilidades de acesso aos ambientes e espaços oferecidos pela Internet, novos projetos em EAD foram iniciados sob a coordenação geral - no âmbito governamental - do PROINFO, programa também realizado no âmbito da SEED/MEC desde 1996.

Visto como uma forma supletiva de oferecimento de educação e com baixa qualidade, as iniciativas em EAD não entusiasmaram os sistemas formais de ensino superior - público e privado - até meados dos anos 90. Antes disso é digna de menção apenas a iniciativa da Universidade de Brasília (UnB) que em 1980 já havia criado o seu Centro de Educação a Distância (CEAD), responsável pelo oferecimento dessa modalidade de ensino em cursos livres e de curta duração.

Em 1995, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) cria o Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação (NEAD). Data também desta época a criação do laboratório de EaD do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As dificuldades para a criação de cursos e o oferecimento regular de disciplinas a distância orientaram as instituições para a agregação em aglomerados, ou consórcios, para enfrentarem juntas os vários problemas e fazer face ao desafio desta nova modalidade de ensino. Estes desafios decorrem principalmente dos altos preços de equipamentos, software e telecomunicações. A Universidade Virtual Pública do Brasil ([www.unirede.br](http://www.unirede.br)) é um exemplo de consórcio deste tipo, formado por 63 instituições públicas de ensino, entre universidades federais, estaduais e CEFETS. No setor privado

de ensino várias são as iniciativas como, por exemplo, a Universidade Virtual Brasileira (<http://www.uvb.br/>), formada por 9 instituições de ensino superior .

A regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST (<http://www.anatel.org.br/>), visa garantir, entre outras coisas, às bibliotecas e às instituições brasileiras públicas de ensino: a instalação de redes de alta velocidade, possibilitando o acesso à Internet, o intercâmbio de sinais e a implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino de todo o país e do mundo.

A entrada em vigor do FUST garante que “as prestadoras de serviços nessa área passam a ter as obrigações de universalização e o dever de contribuir com a receita do Fundo, mediante a pagamento de impostos pela autorização e prestação do serviço e uso de radiofrequência” (PICANÇO, 2001).

O Programa Telecomunidade, do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) lançado recentemente, prevê a distribuição de computadores para escolas públicas de ensino médio utilizando recursos desse Fundo. Além disso, a receita do FUST garantirá às escolas a expansão das suas linhas telefônicas, a aquisição de software, de equipamentos, de livros didáticos e cursos em EAD.

O mais recente acontecimento oficial sobre EAD está expresso na nota apresentada no Diário Oficial da União e que diz:

Educação a Distância para Cursos Superiores - As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial. Essas disciplinas não poderão exceder a 20% do respectivo currículo. (Edição nº 201-E, de 19.10.2001)

Inicia-se, assim um novo momento para a EAD no Brasil, legitimada não mais apenas como modalidade supletiva de educação, mas como possibilidade de se mesclar e mesmo substituir a oferta de disciplinas até então oferecidas apenas de forma presencial.

Outras iniciativas voltadas para a utilização ampliada de projetos de EAD estão previstas também pelo Programa Sociedade da Informação (<http://www.soc.info.org.br/>). Desencadeado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação de vários profissionais de diferentes áreas, o programa consolidou-se inicialmente em uma proposta, o “Livro Verde” da Sociedade da Informação, que após ser analisado e discutido em diferentes setores da sociedade, orientará a elaboração de “políticas e iniciativas voltados para a entrada do país no movimento global de mudanças nas dimensões político-econômica-tecnológica, desencadeado pela grande quantidade e velocidade de circulação de informações digitalizadas, através do uso crescente da Internet na economia” (Livro Verde).

Entre as principais preocupações expostas no Livro Verde para a integração do Brasil na Sociedade da Informação está na disseminação da Educação a Distância, via Internet, “como mecanismo complementar, substitutivo ou integrante de ensino presencial”. Segundo o exposto no próprio Livro Verde, tal interesse se explica pelo fato da EAD possibilitar:

- i. O aumento considerável da audiência de um curso ou palestra, tanto no tempo como no espaço, através do concurso intensivo de meios eletrônicos para o registro e a transmissão de conteúdos. Isto permite, por exemplo, oferecer boas oportunidades de educação para os interessados, mesmo que em áreas remotas e desprovidas de boas oportunidades locais de educação. Outro benefício é o compartilhamento de recursos de ensino entre instituições com interesses e quadros complementares, mesmo que situadas em locais afastados entre si.
- ii. A oferta de oportunidades de aprendizado para estudo em casa ou no trabalho, em qualquer horário, ampliando as possibilidades de oferta de educação continuada.
- iii. A individualização do processo educativo, mesmo em esquemas de grande escala, devido à maior interatividade propiciada pela Internet.
- iv. A organização do trabalho em equipe de intensa cooperação, mesmo envolvendo pessoas geograficamente dispersas e trabalhando em horários distintos”.

Preocupado em não “repetir os erros do passado”, o Programa Sociedade da Informação alerta sobre os cuidados a serem tomados na adoção de iniciativas em EAD, e alerta sobre os investimentos fixos, que são substancialmente maiores do que nas

modalidades mais convencionais de ensino.

Segundo o Livro Verde, são “aspectos críticos, no ensino a distância, o desenvolvimento de metodologias pedagógicas eficientes para o novo meio e de ferramentas adequadas para o estudo individual, ou em grupo. Nesse sentido, para que o ensino a distância alcance o potencial de vantagens que pode oferecer, é preciso investir no seu aperfeiçoamento e, sobretudo, regulamentar a atividade e também definir e acompanhar indicadores de qualidade”.

Neste sentido, apresenta como iniciativas principais:

“. A alfabetização digital precisa ser promovida em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, por meio da renovação curricular para todas áreas de especialização, de cursos complementares e de extensão e na educação de jovens e adultos, na forma e concepção emanadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

. A geração de novos conhecimentos diz respeito sobretudo à formação em nível de pós-graduação. Mas é também viabilizada pela formação profissional em nível de graduação em áreas diretamente relacionadas com tecnologias de informação e comunicação e sua aplicação: cursos de engenharia de computação, telecomunicações, ciências da informação, comunicação social, cinema e animação etc.

. A aplicação de tecnologias de informação e comunicação pode ser objeto de formação desde o nível médio, sobretudo no âmbito de cursos técnicos em informática, eletrônica etc. Ela é certamente o foco central de cursos de graduação que tratam de tecnologias de informação e comunicação. E é também preocupação dos cursos de pós-graduação em tecnologias de informação e comunicação e áreas correlatas, especialmente quando a aplicação de conhecimentos se refere à produção ou aperfeiçoamento de bens e serviços na própria área, o que exige o domínio dos fundamentos conceituais básicos associados aos níveis mais elevados de ensino.

. Finalmente, a aplicação de tecnologias de informação e comunicação em quaisquer outras áreas (não próximas de tecnologias de informação e comunicação), tais como saúde, transportes, biologia etc., demanda a participação de profissionais dessas áreas, mas com conhecimentos aprofundados em tecnologias de informação e comunicação, que transcendem em muito o nível de alfabetização digital. Como denominar essa capacidade específica em tecnologias de informação e comunicação de profissionais de outras áreas para aplicar tecnologias de informação e comunicação nessas suas áreas?” (Livro Verde)

Desafios atuais em relação a EAD no Brasil

A análise dos projetos em EAD desenvolvidos no Brasil, sobretudo pelo governo, no passado, nos mostra suas rupturas bruscas e descontinuidades. Tratam-se de projetos políticos, mais do que educacionais, planejados por um determinado grupo e que eram sumariamente encerrados quando da mudança da orientação política do próprio Ministério da Educação, muitas vezes no mesmo governo.

A determinação política e a elaboração “em gabinete” destes projetos afastam a sua operacionalização da realidade prática e das necessidades concretas dos espaços educacionais para os quais se dirigem. Orientados por teorias e práticas afastadas das realidades concretas das escolas e outros ambientes educacionais, a maioria destes projetos foram impostos, com o mínimo grau de liberdade para alterações pelos seus executores. Esta defasagem entre quem pensa e quem faz, resultou no oferecimento de projetos com currículos inadequados e com o oferecimento de recursos didáticos padronizados de acompanhamento (livros, textos, apostilas, programas de áudio e vídeo, etc...) descompassados dos programas oferecidos pelas mídias (rádio e tv) e sem articulações com as características regionais dos alunos ou suas necessidades concretas de ensino.

Além disso, a dificuldade de manutenção de equipes de apoio ao grande número de alunos gerou problemas de insatisfação generalizada pois qualquer retorno para as dúvidas explicitadas mostrava-se demorado e deficiente, quando não inexistente. A evasão massiva e progressiva dos alunos insatisfeitos com os projetos serviu ainda mais para descaracterizar estas iniciativas.

A euforia publicitária que envolvia o uso político destes projetos sempre se baseou no grande número de pessoas que estavam sendo atingidas, mas a qualidade dos resultados apresentados não era explicitada e raramente serviu de base para a reorientação dos programas governamentais em EAD. A utilização política destes programas e sua ineficiência continuada geraram um sentimento de dúvida na sociedade civil sobre a possibilidade de se fazer educação de qualidade nesta modalidade de ensino.

Um outro problema vem se somar à aversão generalizada por parte dos educadores em relação ao ensino a distância. Trata-se do desconforto em relação ao que

em outros tempos foi chamado de “tecnologia educacional”. A utilização massiva dos pacotes prontos e das propostas tecnicistas dos anos 70, momento educacional politicamente comprometido com a fase mais dura da ditadura no Brasil, completam o quadro de indignação e aversão dos educadores aos projetos de educação a distância mediada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Na atual conjuntura, ainda que no discurso oficial haja a preocupação ampla com a formação “para o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania”, a desconfiança e aversão dos educadores às novas propostas de EAD têm sentido.

Como em outros tempos, os novos projetos governamentais em EAD preocupam-se em seguir modelos previstos por organismos externos, sobretudo os apresentados pelo Banco Mundial para a educação, e que são orientados quase que exclusivamente para o treinamento em serviço, a formação ou capacitação para o trabalho, a “fluência tecnológica”, ou seja, a preparação de quadros humanos que possam ser utilizados na produção e no consumo dos bens (entre eles, o maior, a informação veiculada) de forma acrítica.

Neste processo, a formação de professores para o uso acrítico das tecnologias e dos pacotes de conteúdos de ensino massificados produzidos pelos grandes conglomerados internacionais e “adaptados” à cultura brasileira, que privilegiam o domínio do docente na manipulação das tecnologias e na adoção ingênua dos equipamentos e produtos, sem questionar seus conteúdos e a sua utilização e sem alterar a estrutura de valores e poderes do ambiente educacional, torna-se função estratégica e prioritária de uma política de governo preocupada em satisfazer os desejos do capitalismo internacional.

No discurso do consumo capitalista das novas tecnologias, além de toda a informação que ela oferece como “mercadoria”, a pessoa que tem acesso aos equipamentos é chamado de “usuário”. A meta econômica de ampliar o número de usuários e garantir o “impacto positivo que a “nova economia” pode gerar para o país depende ainda da participação do maior número possível de pessoas, organizações e regiões como usuárias ativas das redes avançadas de informação” (Livro Verde). Para viabilizar este salto, a educação torna-se ação estratégica para a construção de uma

nova ordem social em que a exclusão (em princípio, do acesso, do consumo, da ideologia capitalista vigente) não tenha espaço.

A educação neste momento pode, portanto, cooptar no sentido de abraçar ingenuamente as novas tecnologias como o caminho natural para se estar de acordo com os valores e padrões estabelecidos pela nova ordem internacional ou entender as novas tecnologias como espaço de luta e de transformação, “com a preocupação com a preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade; à sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional; à efetiva participação social, sustentáculo da democracia política” (Livro Verde).

Na perspectiva do projeto internacional – assumido pelos atuais programas nacionais de implantação da educação a distância mediada pelas novas tecnologias – a base de toda ação está em “acelerar o processo de qualificação do professor, restringindo-o ao treinamento para realização mais eficiente das metas apressadas de escolarização básica, onde a EaD é a principal ferramenta” (PICANÇO, 2001).

Não podemos, no entanto, pensar que apenas desta forma é possível fazer educação a distância de qualidade e que vá ao encontro das reais necessidades da sociedade brasileira no sentido de emancipação e participação social. Ao contrário, as possibilidades de interação e colaboração oferecidas pelos diferenciados suportes tecnológicos por meio dos quais se pode fazer educação podem garantir a necessária flexibilização para o “atendimento de uma demanda de aprendizagem aberta, contínua, com flexibilização do acesso, do ensino, da aprendizagem e da oferta”, um processo centrado no estudante, que utiliza as tecnologias mais interativas. (BELLONI, 1999).

A preocupação em educação na atualidade é o de formar o cidadão brasileiro que também possa ser um “cidadão do mundo”, e não apenas “preparar o trabalhador ou o consumidor das novas tecnologias”. Isto significa a definição de programas e projetos que possam fazer uso das novas tecnologias para capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade: político, social, econômico, educacional... Para isto, faz-se necessário o acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente.

Programas de educação a distância de qualidade devem envolver possibilidades de utilização de todos os meios tecnológicos disponíveis – do meio impresso aos ambientes interativos digitais - sem discriminação. Devem garantir a possibilidade de escolha dos alunos entre as modalidades presenciais e a distância, sem prejuízos para a sua formação.

Mais do que tudo, devem garantir a formação do profissional crítico, também no que se refere à adoção e uso das tecnologias, identificando “a natureza dessas novas forças”, desmistificando suas origens técnicas e mercadológicas e aplicando os conhecimentos em projetos mais condizentes com a realidade, objetivos centrais dessas propostas.

Estes mesmos caminhos são também usados para programas sobre outros tipos de tecnologias de comunicação e informação como a televisão, o rádio, as revistas e o uso aberto das redes na WEB.

Programas de “tecnologia crítica” já estão sendo realizados em vários cursos superiores e se constituem, muitos deles, como espaços de resistência e de transparência sobre o uso de computadores e redes. Procuram “olhar por trás” dos programas e serviços oferecidos comercialmente, desconstruí-los e aplicar suas metodologias na criação de projetos e produtos orientados para a resolução de problemas reais, levantados em suas comunidades e áreas de ação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS:

BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

CULIK, Hugh. "The Interplay of Web Site Design and Teaching-Thinking-Learning Dynamics of Education." Collaboration, Cleveland: Cleveland State UP, Winter 1999. (<http://www.culik.com/hugh/resume.html>)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Edição nº 201-E, de 19.10.2001

FUNDESCOLA/MEC – Fundo de Fortalecimento da Escola (<http://www.fundescola.org.br>).

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - (<http://www.anatel.org.br/>),

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LEI 9.998/00. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST. Brasília: Congresso Nacional, 17 de agosto de 2000. (<http://www.anatel.org.br/>)

PICANÇO, Alessandra Assis. "EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: SOLUÇÃO OU NOVOS DESAFIOS?" in GT 16 "Educação e comunicação" na "24 Reunião Anual da ANPED" (<http://www.anped.org.br/24/tp1.htm#gt16>).

TAKAHASHI, T. (org.) Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, setembro 2000. (<http://www.soc.info.org.br/>).

UNIFESPVIRTUAL "Educação a Distância: Fundamentos e Guia Metodológico" (<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>)

UNIREDE - Universidade Virtual Pública do Brasil ( [www.unirede.br](http://www.unirede.br) )

UVB - a Universidade Virtual Brasileira ( <http://www.uvb.br/> )